

Archivos personales: experiencias de organización y gestión

Arquivos pessoais: experiências de organização e gestão

Coordinadoras

Noelia García

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Autores

Eugenia Alves / Alan Rüst / Víctor Pignatiello /

Louise Anunciação F. de Oliveira do Amaral / Vivien Luciane Viaro /

Mozart de Nola Cardoso / Luiz Fernando Andrade Lima Júnior /

Maria Celina Soares de Mello e Silva / José Francisco Guelfi Campos /

Jorge Phelipe Lira de Abreu / Elton Mártires Pinto / Carlos Henrique Juvêncio /

Rosale de Mattos Souza / Bruna Pimentel Lopes / Georgete Medleg Rodrigues /

Patricia Roggio / Inés Achával Becú



Archivos personales: experiencias de organización y gestión / coordinación general de Noelia García; Maria Celina Soares de Mello e Silva - 1a ed . - Córdoba: Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-2-7

1. Archivística. I. García, Noelia, coord. II. Soares de Mello e Silva, Maria Celina, coord.

CDD 025

Imagen de portada: Apontamento de trabalho, Arquivo Joaquim da Costa Ribeiro, Acervo MAST (Museu de Astronomia e Ciência Afins), Rio de Janeiro, Brasil.

Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

editorial.ragcba@gmail.com

<http://redarchiveroscordoba.com/>

Noelia García

noeliagarcia07@gmail.com

Técnica Profesional Archivera y Licenciada en Archivología por la Universidad Nacional de Córdoba (UNC), Argentina. Presidenta de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba. Personal Técnico de la Facultad de Filosofía y Humanidades (FFyH) de la UNC. Integrante del proyecto de investigación "Archivos personales de mujeres (...)", radicado en el Centro de Investigaciones de la FFyH UNC, avalado y subsidiado por la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la UNC.

Maria Celina Soares de Mello e Silva

celina@mast.br

Doctora en Historia Social por la Universidad de San Pablo, Brasil. Archivera del Archivo de Historia de la Ciencia y Coordinadora de la Maestría Profesional en Preservación de Acervos de Ciencia y Tecnología del Museo de Astronomía y Ciencias Afines - MAST/MCTIC, Río de Janeiro.

Los trabajos incluidos en esta obra fueron evaluados y aprobados, para su publicación, por un comité de especialistas integrado por: Dra. Ana Maria de Almeida Camargo (Universidade de São Paulo), Dra. Candelaria de Olmos (Universidad Nacional de Córdoba) y Dra. Lucia Maria Velloso de Oliveira (Universidade de São Paulo).



ARCHIVOS PERSONALES: EXPERIENCIAS DE ORGANIZACIÓN Y GESTIÓN coordinado por Noelia García y Maria Celina Soares de Mello e Silva se encuentra bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercialSinDerivadas 3.0 Unported.

Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática

José Francisco Guelfi Campos*
jfgcampos@eci.ufmg.br

Os conjuntos de documentos acumulados por indivíduos ao longo de suas trajetórias constituem matéria de interesse para os profissionais e estudiosos da Arquivologia e de diversos outros campos do conhecimento. Apesar de ocuparem posição ambígua no desenvolvimento das correntes do pensamento arquivístico, podem ser encontrados nos acervos de inúmeras instituições de custódia do patrimônio documental.

As características peculiares dos arquivos pessoais, que chegam mesmo a dotá-los de certo "glamour", determinam desafios de ordem teórica e prática vivenciados pelos profissionais dedicados à sua organização física e intelectual. A necessidade de torná-los disponíveis para a consulta, visando à produção do conhecimento, tem levado ao desenvolvimento de métodos e à adoção de estratégias nem sempre afinados com as premissas e os princípios que regem a teoria arquivística. Seus contornos fluidos e a gama variada de documentos em suportes e formatos muitas vezes inusitados dificultam o reconhecimento das espécies documentais e sua contextualização.

Neste sentido, procuramos aqui discutir a pertinência e as potencialidades da aplicação do corpo de conhecimentos sistematizado pela Diplomática na análise de documentos menos convencionais, voltando-nos para os chamados "recortes de jornal", que geralmente formam conjuntos volumosos em arquivos pessoais.

Sob a denominação genérica que costumam receber nos instrumentos descritivos (em que figuram séries ou dossiês intitulados "recortes de jornais", "*clipping*" ou "artigos de periódico"), esconde-se ampla variedade de espécies documentais que ostentam características e estruturas

* Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo.

formais particulares cuja análise resulta na percepção da identidade documental das formas textuais manifestadas nas matérias¹ jornalísticas.

Nosso estudo, que se desenvolve a partir do cruzamento da própria Arquivística e da Diplomática Geral, contempla, em esforço multidisciplinar, aportes específicos das Ciências da Comunicação e da Linguagem, da Teoria do Jornalismo e da Editoração Gráfica. Em que pese ao seu caráter parcial, as considerações aqui apresentadas, derivadas de pesquisa em andamento, permitem vislumbrar condições para o estabelecimento de uma Diplomática Especial cuja aplicação parece promissora para a definição das espécies documentais ligadas ao universo do Jornalismo.

Arquivos de pessoas

Reconhecidos, sobretudo pelos historiadores e pelos estudiosos da Crítica Genética, como testemunhos indiretos a respeito da vida privada, dos traços da personalidade de quem os acumulou e do processo de criação de obras literárias e científicas, os conjuntos de documentos constituídos ao longo da vida dos indivíduos nem sempre gozaram do mesmo reconhecimento por parte dos arquivistas.

Há cerca de vinte anos, Heloísa Bellotto (1998) debatia com o arquivista canadense Terry Cook a respeito das implicações dos chamados “arquivos pessoais” em face da teoria arquivística tradicional, o que demonstra que o estatuto destes conjuntos documentais como arquivos – no sentido estrito do termo² – pode ser considerado uma reivindicação recente. Como notou Catherine Hobbs (2010), doze anos mais tarde, os arquivos pessoais oscilam entre um lugar e um “não lugar” no bojo da construção das correntes do pensamento arquivístico. Com efeito, entre os autores do período clássico da teoria arquivística³, a figura do indivíduo aparece explicitamente apenas na definição de arquivo proposta pelo italiano Eugenio Casanova (1928). Em Schellenberg ([1956] 2006), contudo, os conjuntos de documentos acumulados por indivíduos ocupam uma posição curiosa, embutidos na definição daquilo que o autor denomina “coleções naturais”⁴.

¹ Termo genérico, usual nos veículos de massa para designar o conteúdo da produção jornalística, definido por Juarez Bahia (2010, p. 242) como “tudo o que se elabora com a finalidade de divulgar ou que é divulgado”.

² Não cabe, nesta oportunidade, discutir a polissemia do vocábulo “arquivo”. Neste sentido, convém observar as definições constantes do *Dicionário de Terminologia Arquivística* (Bellotto e Camargo, 2012, p. 21).

³ Segundo a periodização proposta por Schmidt (2015), a “arquivística clássica” compreende o período entre a Revolução Francesa e a II Guerra Mundial, encampando os manuais de Muller, Feith e Fruin, Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Adolf Brenneke (cuja obra foi publicada apenas postumamente, na década de 1950).

⁴ Ainda segundo a periodização proposta por Schmidt (2015), a obra de T. R. Schellenberg se enquadraria no período que a autora denominou “arquivística moderna”, compreendido entre o fim da II Guerra Mundial e o final da década de 1980.

A definição clássica do conceito de arquivo atrela a acumulação dos documentos que os compõem ao imperativo da obrigação e ao exercício da administração. E é bem verdade que as instituições (públicas ou privadas) não produzem, recebem e acumulam documentos de forma arbitrária, mas em função da necessidade prática de, por meio deles, viabilizar suas atividades rotineiras.

No âmbito da vida privada, entretanto, a formação dos arquivos ocorre no jogo entre duas forças distintas: a obrigação e a vontade (Campos, 2014, p. 43). Todo indivíduo acumula, ao longo da vida, documentos relativos à identificação civil, à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres, que, eivados de evidente caráter instrumental, são indispensáveis na mediação da relação entre as pessoas, as instituições e o Estado. Contudo, a parcela mais volumosa – e talvez a mais atrativa – dos arquivos pessoais recai sobre os documentos acumulados não por obrigação, mas por outras razões. Quase sempre produzidos fora da esfera dos atos juridicamente relevantes, tais documentos não deixam de ser instrumentos ou subprodutos de atividades rotineiras ou de eventos vivenciados pelo indivíduo, nos quais se materializam suas relações sociais, familiares e afetivas, as preferências intelectuais, os posicionamentos políticos, *hobbies* e suas idiossincrasias. Em que pese à arbitrariedade que caracteriza sua produção e acumulação, estes documentos não deixam de ostentar as funcionalidades típicas dos documentos de arquivo: são, também eles, instrumentos ou subprodutos de atividades ou eventos dos quais se originaram e podem servir, como sugeriu Millar (2011), como gatilhos para os processos de memória.

Convém notar que as características peculiares destes conjuntos documentais têm dado margem a especulações, algumas delas bastante curiosas, a respeito da caracterização dos arquivos pessoais. A historiadora Ângela de Castro Gomes (1998) chama a atenção para os perigos decorrentes dos feitiços que estes arquivos podem lançar a quem se dedica a examiná-los; há quem os considere como narrativas – “narrativas de si”, no dizer de Sue McKemmish (1996) – e não falta, ainda, quem projete sobre eles a condição de um “legado” conscientemente arquitetado por seus titulares (Heymann, 2012), ideia que subverte o próprio conceito de arquivo ao desafiar as noções de imparcialidade⁵, espontaneidade e naturalidade inerentes ao processo de acumulação.

⁵ O conceito de imparcialidade, conforme formulado por Hilary Jenkinson (1937, p. 12), tem a ver não com o conteúdo, mas sim com o contexto de produção dos documentos. Os motivos que levam à produção e à acumulação dos documentos que formam um arquivo não coincidem com os interesses manifestados pelos consulentes que deles se servem para os mais variados fins.

Diante da diversidade de representações na literatura especializada, foi preciso que Ana Maria Camargo (2009) recorresse ao pleonismo para (re)afirmar a condição destes conjuntos documentais: em suas palavras, “arquivos pessoais são arquivos”. A afirmação aparentemente banal, apesar de não ser consenso entre teóricos da área⁶, tem efeito poderoso. Ao reconhecer o estatuto arquivístico dos conjuntos de documentos acumulados por pessoas, a autora renova a preocupação de tratá-los na chave daquilo que constitui a essência do quefazer arquivístico: o princípio da proveniência.

Nesse sentido, não são poucos os desafios que se impõem ao processo de descrição, dos quais se destacam a contextualização das séries e a denominação das espécies e dos tipos documentais, dificultada pela flexibilidade das estruturas formal e semântica dos documentos.

Elaborar o quadro de arranjo de qualquer arquivo significa representar, de forma gráfica e hierarquizada, o lugar lógico das séries documentais no interior do fundo a que pertencem. Se nos arquivos de natureza institucional a classificação se pauta preferencialmente pelas funções e atividades da entidade responsável pela acumulação dos documentos, qual o sentido – no caso dos arquivos pessoais – de se recorrer a expressões que, longe de designar atividades, representam categorias genéricas e de aplicação pretensamente universal, tais como “documentos pessoais”, “produção intelectual”, “produção intelectual de terceiros”, “correspondência”, “miscelânea” ou “diversos”?

Ora, sendo o princípio da proveniência aquele que fixa a identidade do fundo com relação ao seu produtor, orientar a classificação de modo a respeitá-lo deveria implicar o estudo minucioso das atividades e dos eventos consignados na trajetória de vida do titular do arquivo e sua sistematização sob a forma de elementos descritivos, de modo a identificar o contexto originário dos documentos. A principal operação do processo descritivo, segundo a abordagem contextual proposta por Camargo e Goulart (2007), reside, justamente, no estabelecimento de termos capazes de tipificar as atividades e os eventos que dão origem aos documentos, algo que demanda, para além de exaustivo estudo biográfico, pesquisa acurada a respeito das esferas de ação (profissional, artística, científica) dos indivíduos.

Para além dos problemas de contextualização e de seus efeitos sobre a classificação ou o arranjo, outro desafio se faz notar: a denominação dos próprios documentos, ou seja, a identificação de espécies e tipos documentais. Produzida à margem dos ditames do Direito, uma parcela significativa dos documentos que compõem os arquivos pessoais pode ostentar estruturas formais e semânticas flexíveis, do que decorre, em grande medida, a dificuldade de nomeá-los

⁶ A este respeito, convém examinar as reflexões de Mireya Calleja (2007).

adequadamente, algo que se torna evidente quando entram em cena os “recortes de jornal”. A Diplomática, ao se concentrar no estudo da estrutura dos documentos, contribui para o estabelecimento dos elementos que permitem caracterizá-los de maneira inequívoca, levando à identificação e definição das espécies documentais. Contudo, sua aplicação, no universo dos arquivos pessoais, ainda é tema controverso.

A Diplomática e os arquivos pessoais

A Arquivologia e a Diplomática experimentam, hoje, forte ligação. Entretanto, não se trata de uma relação umbilical. Apesar de terem nos documentos o seu objeto de interesse, cada uma das disciplinas encontra, em seu nascedouro, justificativas bastante distintas. Mais antiga que a Arquivística⁷, a Diplomática começa a se desenvolver no último quartel do século XVII, eivada de finalidade prático-jurídica ligada à verificação da autenticidade de diplomas referentes à concessão de privilégios e à posse de terras, no contexto de disputas entre ordens religiosas.

Natália Tognoli (2014), em pesquisa de doutorado, dedicou-se a extenso exame a respeito da constituição das bases teóricas da disciplina. Num esforço de sistematização, a autora propõe a divisão cronológica da história da disciplina em três períodos (clássico, moderno e contemporâneo), identificando as rupturas e continuidades entre eles no que tange ao desenvolvimento de métodos de análise e à configuração do objeto de estudo.

Apenas em meados do século XX, na esteira de uma crise de estagnação de seu objeto, é que os teóricos da Diplomática buscam, de fato, uma aproximação com a Arquivística. Segundo Tognoli (2014, p. 87-88), este gesto, calcado na expansão dos limites cronológicos e territoriais da disciplina, pode ser considerado um ponto de inflexão, constituindo a contribuição francesa para a formulação daquilo a que se convencionou chamar de “diplomática arquivística” e que, a partir do final da década de 1980, já incorporada à teoria arquivística como resposta à introdução de novas tecnologias que impactaram a produção e a organização dos documentos de arquivo, assume a denominação de “diplomática contemporânea”.

Entretanto, convém observar que, apesar das transformações experimentadas pela Diplomática, uma coisa não mudou substancialmente: seu objeto (antes, os diplomas de tradição medieval;

⁷ Enquanto a produção de documentos e, conseqüentemente, seu arquivamento, acompanham o desenvolvimento dos sistemas de escrita, cujos indícios podem ser localizados junto às sociedades antigas na região da Mesopotâmia (Delsalle, 2000, p. 11-12), a formalização do corpo de conhecimentos e das técnicas de arquivamento se dá no final do século XIX, com a publicação do popularmente conhecido “Manual dos Arquivistas Holandeses”. Já os primeiros tratados sobre Diplomática remontam ao século XVII, com os estudos de Daniel van Papenbroeck (1675) e Jean Mabillon (1681).

hoje, os documentos de arquivo), continuou sendo sempre o produto de atos de natureza juridicamente relevante.

Nesse sentido, o estudo dos documentos tipicamente associados aos arquivos pessoais, sobretudo aqueles de feições mais inusitadas, não figurou na pauta das preocupações dos diplomatas contemporâneos, algo compreensível diante do reconhecimento relativamente recente do estatuto dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos como arquivos no sentido estrito do termo.

Nos últimos anos, alguns estudos instigantes vêm sendo realizados, com o objetivo de explorar a viabilidade da aplicação do método diplomático a certos tipos de documentos como relatórios técnicos, manuais de instruções e bulas de remédio⁸. O arquivista francês Bruno Delmas (2010), por seu turno, chegou a demonstrar, em *Manifesto por uma diplomática contemporânea*, a aplicabilidade da Diplomática no estudo da gênese e da transmissão de conjuntos massivos de dados meteorológicos coletados por robôs e de dados estatísticos resultantes de recenseamentos.

As iniciativas voltadas para os arquivos pessoais, contudo, ainda são mais acanhadas, destacando-se um artigo publicado há quase vinte anos em que Camargo (1998) procede à análise de um documento dos mais inusitados: uma participação de casamento, revestida de todos os traços que permitiriam, à primeira vista, caracterizá-la como um livro de poesia. Por meio do exame dos caracteres internos e externos do documento, a autora demonstra a inexistência (ou, no melhor dos casos, a grande flexibilidade) dos padrões e normas que regem a produção documental no âmbito da vida privada. Ainda assim, a manifestação de fórmulas estereotipadas tornou possível a identificação do vínculo entre o documento e a ação a que se destinava.

O experimento de Camargo (1998) demonstra, em última análise, que, em face das peculiaridades típicas dos arquivos pessoais, a abordagem diplomática dos documentos que os compõem depende, para além do estudo do sistema jurídico que incide sobre certos itens do conjunto (notadamente aqueles acumulados por força de obrigação), da pesquisa acerca dos usos, costumes e códigos sociais que se refletem em fórmulas capazes de conferir aos documentos – mesmo àqueles mais atípicos – certas características que possibilitam aproximá-los no plano da tipologia documental.

⁸ Entretanto, convém notar que tais iniciativas se circunscrevem a projetos de menor envergadura, resultando na produção de monografias de especialização ou de conclusão de curso.

Indícios de uma prática social

Ao longo de suas vidas, as pessoas acumulam documentos em função das razões mais diversas, num movimento que oscila entre o critério da obrigação e a força da vontade. Não é raro encontrar, em arquivos pessoais, conjuntos por vezes volumosos daquilo que, genericamente, recebe o nome de “recortes de jornal”, convivendo lado a lado com recibos, cartas, certificados... Sua presença nestes arquivos, contudo, nem sempre (ou quase nunca) se deve ao acaso: assim como os demais documentos, os recortes também são passíveis de contextualização em função de eventos, atividades ou áreas de interesse de quem os acumulou.

O volume deste tipo de material em arquivos de natureza pessoal permite cogitar a existência de uma prática social de acumulação dos chamados recortes de jornal, estimulada desde a infância, como sugere uma matéria do suplemento feminino de *O Estado de S. Paulo*:

Está chovendo, seu filho não pode brincar lá fora. [...] Dê-lhe uma tesoura de pontas arredondadas e experimente iniciá-lo na arte de recortar [...] e para interessá-lo mais, arranje uma caixinha bonita para guardar os seus recortes. [...] O pequeno terá, assim, o seu primeiro caderno de recortes, no qual ele mesmo colará as figuras que julgar mais bonitas. E você verá com que satisfação e entusiasmo ele o folheará.” (Saiba como entreter os seus filhos, 1956).

Na vida adulta, o hábito de recortar e colar pode assumir diferentes significados e funcionalidades. Para a dona de casa, o mesmo suplemento feminino de *O Estado de S. Paulo* dava, em 1973, orientações sobre a melhor forma de organizar um caderno de recortes.

Também não ajuda em nada o caderno grosso e bem encapado que você comprou para passar as receitas a limpo mas que continua em branco e cheio de recortes lá dentro que o deixam mais grosso ainda. [...] Compre um fichário (poderá ser do tipo escolar ou um especializado com capa plastificada e que traz os dizeres “Fichário de Cozinha”) à venda em várias lojas de São Paulo. Divida-o por capítulos, escrevendo em cada folha de cartolina divisória o título da especialidade [...] Sem pressa e com constância, as receitas escolhidas, sejam recortes de revistas, jornais, folhetos ou bilhetinhos ditados às pressas, serão presos em suas sessões (sic) correspondentes, poupando o trabalho e o tempo da cópia. (Não se esqueça de arquivar suas receitas, 1973)

Mas não apenas a fruição de uma atividade lúdica ou o lazer determinam a coleção de recortes de jornal. No arquivo de Jovina Álvares Pessoa⁹, os recortes perfazem cerca de 40% da extensão total do fundo e, em seu conjunto, permitem inferir o acompanhamento sistemático de questões

⁹ O fundo é custodiado pelo Centro de Apoio à Pesquisa “Sérgio Buarque de Holanda”, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ligadas à política internacional, justificado pelos interesses intelectuais da titular, reconhecida como uma das mais representativas militantes do Partido Comunista Brasileiro.

No arquivo da escritora mineira Lúcia Machado de Almeida¹⁰, encontram-se quatro cadernos escolares comuns, daqueles que podem ser adquiridos em qualquer papelaria, com folhas pautadas e espiral metálica. Amarelados pelo tempo e pela acidez dos recortes que abrigam, estes cadernos registram a repercussão da obra da escritora e sua inserção nos círculos da sociedade belo-horizontina por meio de notícias, resenhas e entrevistas. Neste mesmo fundo, outros recortes, agrupados em pastas, chamam a atenção: são fotografias, destacadas das notícias e reportagens que originalmente ilustravam, sobre as quais Lúcia escrevia, a caneta, títulos, legendas e diálogos entre as pessoas retratadas, num exercício de criatividade que, dado o volume do conjunto, parece ter sido praticado de forma rotineira.

O hábito de colecionar recortes de jornal parece, portanto, estar ligado ao lazer, à fruição de uma atividade lúdica que permite o desenvolvimento da psicomotricidade na infância, à instrução, ao acompanhamento da trajetória de pessoas e instituições, e à manifestação das áreas de interesse dos indivíduos. Com isso, os recortes não deixam de ostentar a instrumentalidade que caracteriza os documentos de arquivo.

Convém também notar que a prática do "*clipping*" constitui um tipo de serviço oferecido por agências especializadas em monitorar a imprensa com o objetivo de pesquisar e selecionar, sob encomenda, matérias publicadas em jornais e revistas a respeito de determinados nomes ou assuntos, visando a atender às necessidades informacionais de indivíduos e organizações.

No Brasil, tal atividade é desenvolvida desde 1928, com a fundação da Lux Jornal, sediada no Rio de Janeiro. Em 1997, o Caderno "Franquias & Outros Negócios" de *O Estado de S. Paulo* dedicou matéria de página inteira sobre o assunto. Apesar de ressaltar o reduzido número de empresas atuantes na área, o texto revela tratar-se de negócio lucrativo: naquele ano, a Lux atendia a 1.200 clientes (entre os quais a Xerox do Brasil e o Citibank), distribuindo 600 mil recortes por mês, e o seu faturamento bruto mensal atingia a soma de 80 mil reais, com margem de lucro girando em torno de 30% (Diório, 1997a). O avanço tecnológico e a crescente informatização da imprensa parecem não ter abalado negativamente o mercado, levando à produção de *clippings* eletrônicos. Naquele mesmo ano, outra empresa do ramo chegava a cobrar entre 2 e 10 mil reais por mês de seus clientes pela entrega de *kits* de recortes em CD para uso em pesquisas de mercado (Diório, 1997b).

¹⁰ O fundo pertence ao Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais.

O desafio da descrição documental

Colados em álbuns, guardados em pastas ou em caixas, separados segundo a ordem cronológica, classificados em função de temas, títulos, autores, por vezes até numerados... Mas também dobrados em envelopes, afixados a outros documentos, amontoados sem qualquer critério que ofereça, num primeiro exame, alguma pista sobre o sentido de sua acumulação. No momento de organizá-los e descrevê-los, cabe ao arquivista o duplo desafio de nomear os recortes de jornal, de modo a reunir as séries segundo o critério tipológico, e de sondar o sentido originário de sua acumulação, cuja complexidade varia caso a caso.

Frente às dificuldades naturalmente impostas pela natureza e pelo volume dos recortes de jornal, o que se observa, ao examinar os quadros de arranjo e os instrumentos de pesquisa de certos arquivos pessoais, é a adoção de estratégias de tratamento que desconsideram tanto o estudo tipológico quanto o contexto de acumulação.

É o que se vê, por exemplo, nos quadros de arranjo dos arquivos custodiados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC): neles, as séries documentais são reunidas em função de critérios diversos, resultando em agrupamentos designados por termos amplos e, por isso mesmo, genéricos, tais como "documentos pessoais", "correspondência", "produção intelectual", "diversos" e "recortes de jornal".¹¹ Muito em função de seu pioneirismo, o método desenvolvido pelo CPDOC vem inspirando iniciativas voltadas para o tratamento de arquivos pessoais em todo o Brasil. No Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (AEM) pode-se também encontrar, nos instrumentos de pesquisa, a existência de séries denominadas "recortes de jornais"¹².

A identificação dos itens, em ambos os casos, se dá pelo conjunto de dados que compõem a referência bibliográfica. No CPDOC, as informações se encontram consignadas em ficha padronizada, dividida em três áreas: "Identificação" (em que constam o código de classificação, o título da matéria e a paginação); "Autoridades" (com o registro dos nomes de pessoas com algum grau de responsabilidade sobre a produção do documento) e "Detalhes do exemplar" (código de classificação, título do periódico, data da publicação, número, notas e indicação do fundo ou coleção em que o recorte se encontra). No AEM, os recortes de jornal são identificados pela referência bibliográfica, segundo o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

¹¹ Guia dos arquivos do CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>>. Acesso em 3 jul. 2017.

¹² Os inventários podem ser consultados em <<https://www.ufmg.br/aem/inicial/escritores.htm>>. Acesso em 3 jul. 2017.



Fonte: Acervo de Escritores Mineiros da UFMG

Em nenhum dos casos, entretanto, verifica-se a tentativa de defini-los segundo a espécie documental ou o esforço de representar o contexto de acumulação. De certa forma, é como se os recortes de jornal constituíssem um agrupamento de pedaços de papel sem qualquer conexão explícita com os demais documentos dos arquivos dos quais fazem parte ou com as atividades desempenhadas pelo indivíduo que os acumulou. Estariam, assim, à margem do princípio da proveniência?

Uma breve análise das descrições arquivísticas disponíveis na Base Arch da Casa de Oswaldo Cruz revela que a orientação metodológica do tratamento dispensado aos recortes de jornal pode diferir dentro de uma mesma instituição. Se no fundo Alda Falcão¹³ os recortes figuram contextualizados em função das atividades da titular (organizados sob a forma de dossiês vinculados aos subgrupos "sistematização da trajetória" e "leitura de interesse profissional"), no arquivo de Aleixo de Vasconcellos¹⁴ eles surgem como itens de um dossiê vinculado à série "documentos impressos". Em um e outro caso, a descrição não atinge o nível do item documental. Contudo, a contextualização funcional percebida no fundo Alda Falcão torna inteligível o sentido da acumulação dos recortes, algo mais relevante do que a mera transcrição do título das matérias.

¹³ Casa de Oswaldo Cruz. Base Arch. Fundo Alda Falcão. Disponível em <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/alda-falcao>>. Acesso em 3 jul. 2017.

¹⁴ Casa de Oswaldo Cruz. Base Arch. Fundo Aleixo de Vasconcellos. Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/aleixo-de-vasconcellos>> . Acesso em 3 jul. 2017.

Abordagem diplomática dos recortes de jornal

Não é incomum, quando se examinam as estratégias de descrição documental, observar o emprego de termos genéricos para designar certos tipos de documentos. Expressões como “documentos pessoais”, “correspondência” e “recortes de jornal” podem ser facilmente encontradas nos bancos de dados e outros instrumentos de pesquisa de arquivo.

Convém notar que o recurso a tais expressões, caracterizado como um artifício que visa a encampar documentos de natureza pretensamente semelhante, resulta no obscurecimento de uma gama variada de espécies documentais dotadas de estruturas próprias e características peculiares. Nomear de maneira inadequada os documentos implica destituí-los do elemento capaz de identificá-los de maneira inequívoca.

A Diplomática, ao se ocupar do estudo das estruturas formal e semântica dos documentos, bem como de seu contexto de produção, possibilita, para além da verificação da autenticidade e da fidedignidade, a identificação de padrões e fórmulas textuais que conduzem à definição das espécies e tipos documentais. Se, para os documentos resultantes de atos juridicamente relevantes, as fórmulas redacionais são fixadas pelo sistema jurídico e pelos ditames do Direito, no âmbito dos atos discricionários concorrem os usos e costumes sociais e os padrões segundo os quais se organizam certas atividades e que regem a produção documental em esferas específicas da ação humana.

As matérias que encontramos, sob a forma de recortes, em arquivos pessoais, são fruto de uma atividade complexa e sistematizada. Assim como outros documentos, os textos jornalísticos não são produzidos segundo os caprichos de quem os escreve: em que pese ao estilo próprio de cada jornalista e seu impacto sobre a elegância do texto publicado, a redação das notícias e de outras formas de manifestação dos relatos de interesse público estampados diariamente nas páginas dos jornais também está submetida a certos padrões formulares que regem a prática do jornalismo.

Como observou Assis (2010, p. 16), as características das diversas modalidades do relato jornalístico têm suscitado o debate em diferentes espaços: no ambiente acadêmico (especialmente nas áreas ligadas às Ciências da Comunicação e da Linguagem), nas escolas de nível básico (para a formação crítica de leitores da mídia) e nas próprias redações de jornais impressos e digitais, por meio da sistematização e da definição de procedimentos redacionais.

Tendo em vista que a produção acadêmica sobre os textos jornalísticos no campo da Linguística tem se voltado mais para a análise do discurso, procuramos nos acerrar da literatura especializada na área das Ciências da Comunicação, com destaque para os estudos de José

Marques de Melo (2003), Melo e Assis (2016, 2013), Laílton Alves da Costa (2008) e de Francisco de Assis (2011, 2010) a respeito da configuração dos gêneros jornalísticos. Também figuram como fontes para nossa pesquisa os manuais de redação e estilo de três grandes jornais brasileiros (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*) e dicionários especializados de Jornalismo, Comunicação e Editoração.

A combinação dos aportes oriundos da teoria do Jornalismo, da Comunicação e da Editoração Gráfica e do corpo de conhecimentos da Diplomática Geral e da Arquivística tem contribuído para a construção de referenciais que visam ao desenvolvimento de uma Diplomática Especial voltada para o estudo tipológico das matérias jornalísticas. Neste exercício de diálogo entre diferentes campos do conhecimento (cada qual com seus próprios métodos e objetivos), alguns desafios se impõem. O primeiro deles tem a ver com a terminologia, o que demanda esforços no sentido de articular, transpor e adaptar conceitos de uma área para a outra.

Os conceitos e noções que norteiam a descrição e a análise diplomática dos documentos, quais sejam, "categoria documental", "espécie", "forma", "formato", "gênero" e "tipo" são também empregados nas Ciências da Comunicação, embora assumam sentidos diferentes daqueles que os definem para a Arquivística e para a Diplomática, como sintetiza o quadro a seguir.

Quadro 1 - Definições de conceitos e noções segundo a Arquivologia, a Diplomática e as Ciências da Comunicação.

Conceito/Noção	Arquivologia / Diplomática	Ciências da Comunicação
Categoria documental	Atributo estipulado pelas gradações da representatividade jurídica dos conteúdos dos documentos.	Atributo definido a partir da intencionalidade e da natureza estrutural do relato.
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.	Desdobramento do formato, segundo a manifestação de elementos diversos (angulação, conteúdo, estilo, morfologia, natureza, topicalidade).
Forma	Estágio de preparação e de transmissão de documentos.	
Formato	Configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado.	Instrumento pelo qual os emissores se manifestam e fazem circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas.
Gênero	Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo	Categoria abrangente, estipulada por um ou mais propósitos comunicativos que resultam em unidades textuais autônomas.
Tipo	Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou.	Modelo assumido pela mensagem de atualidade com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe corresponde na engrenagem midiática.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Bellotto e Camargo (2012), Costa (2008), Melo e Assis (2016) e Melo (2003)

Por meio da comparação das definições, é possível encontrar equivalências entre alguns destes conceitos e noções. Assim, o “formato” – que, segundo Melo (2003), é o instrumento pelo qual os conteúdos se manifestam – corresponde àquilo que entendemos como “espécie documental”. As noções de “espécie” e “tipo”, que se confundem na teoria do Jornalismo, sendo a primeira identificada como desdobramento do “formato” e a segunda, como modelo assumido pelo texto jornalístico (ou seja, também um desdobramento do “formato”) de modo a preencher a função social que lhe cabe na engrenagem midiática, parecem equivaler ao conceito de “tipo documental”, na medida em que este também se apresenta como derivado da “espécie documental”.

A definição do conceito de “gênero”, contudo, não é matéria de consenso entre os teóricos da Comunicação. Não é raro vê-lo empregado como sinônimo daquilo que, segundo estudos mais recentes (Melo, 2003, Melo e Assis, 2016), configura o “formato”, sobre o qual falamos acima. Para Costa (2008, p. 49), o conceito de “gênero”, no jornalismo, constitui um conjunto de parâmetros textuais estruturado por um ou mais propósitos comunicativos, resultando em unidades textuais autônomas. Em função do propósito comunicativo (informativo, opinativo, interpretativo, utilitário, diversional), delineiam-se categorias capazes de abranger diferentes “formatos”. É, em certa medida, o que se passa com a noção de “categoria documental”, oriunda dos estudos diplomáticos, e definida a partir do grau de representatividade jurídica do conteúdo dos documentos (dispositivos normativos, de ajuste, de correspondência; testemunhais de assentamento e comprobatórios; informativos).

Dos tratados clássicos aos manuais contemporâneos, a identificação dos elementos extrínsecos (aqueles que, de certa forma, “emolduram” o texto, conferindo-lhe aspecto visual característico) e dos elementos intrínsecos (responsáveis pela articulação intelectual do conteúdo) dos documentos constitui objeto central do estudo diplomático e figura como matéria de divergência entre os teóricos da área, revelando distintos graus de acuidade e extensão do método de análise, segundo o contexto da realidade documental com a qual trabalha cada diplomata¹⁵.

Entretanto, mesmo os autores que se debruçam sobre documentos produzidos no século XX (inclusive os chamados “nato-digitais”), como o fazem Carucci (1987) e Duranti (1989-1992), pautam-se sempre por aqueles produzidos no âmbito das ações juridicamente relevantes. Mas, e quando entram em cena os documentos que se inserem na esfera oposta? Ao aceitarmos que também eles possam ser objeto de estudo da Diplomática, é preciso ter em mente que

¹⁵ As divergências entre os diferentes autores podem ser percebidas por meio dos quadros comparativos apresentados por Tognoli (2014).

seus elementos internos e externos estarão condicionados às especificidades das práticas e dos modos de produção típicos das atividades das quais se originam.

Neste sentido, os elementos extrínsecos dos documentos genericamente denominados “recortes de jornal” podem ser identificados a partir do estudo, em dicionários especializados, dos recursos de editoração e composição gráfica. A determinação dos elementos intrínsecos, por sua vez, passa pela verificação das técnicas empregadas para a articulação interna do discurso nas matérias jornalísticas (que se comportam de maneira particular em cada espécie documental ou “formato”, para utilizar a terminologia das Ciências da Comunicação). Como bem notou Juarez Bahia (2009, p. 54), “o jornalismo busca uma expressão consensual, comum, e ao mesmo tempo personalizada. Quanto mais se padroniza a notícia, mais procura-se livrá-la de regras ou normas”. Apesar da aparente contradição, os manuais de redação e estilo e os estudos acerca da técnica do jornal oferecem subsídios relevantes para a averiguação dos elementos que conferem identidade às diferentes modalidades de relato produzidas no âmbito da atividade jornalística.

Até o momento, a pesquisa em dicionários especializados, manuais de redação e estudos sobre teoria e técnica do Jornalismo resultou na composição de um repertório de 72 termos que sugerem espécies documentais, 57 que indicam possíveis elementos internos e 13 expressões que remetem aos elementos externos dos textos jornalísticos. A pertinência de cada termo, bem como sobreposições de sentido e o interesse para a análise tipológica é objeto de trabalho em andamento. De toda forma, a viabilidade da proposta pode ser demonstrada em exemplo que toma por base uma espécie documental específica: a notícia.

Dissecando o texto jornalístico: o caso da notícia

Dentre todas as formas de manifestação do relato jornalístico, a notícia é a mais frequente nas páginas dos jornais, sejam eles impressos ou eletrônicos. Juarez Bahia (2010, p. 258) a define como a essência do trabalho do jornalista. Relato dos fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, a notícia varia na extensão de seu impacto (local, nacional, internacional) e pode ser espontânea ou provocada (Rabaça e Barbosa, 2001, p. 513).

Como bem observou Mar Fontcuberta (1981, p. 9), a definição da notícia é matéria de controvérsia entre os teóricos, estudiosos e profissionais do Jornalismo. Se, para alguns, ela pode ser qualquer acontecimento atual, interessante e comunicável, para Gregorio (1966, p. 59, tradução nossa) “a notícia é a informação ‘em ato’, quando já tomou a forma de um ‘texto’ no qual os elementos constitutivos da informação encontram uma sistematização”.

Os manuais de redação e estilo, geralmente elaborados pelos veículos de comunicação de grande porte, representam o esforço de sistematização que visa a conferir identidade a cada unidade textual. De acordo com Caprino (2002, p. 50), os primeiros manuais específicos para a atividade jornalística surgiram no final do século XIX, nos Estados Unidos. No Brasil, o primeiro intento de normalização se deu no Recife, no final da década de 1920, por iniciativa de Gilberto Freire, então diretor de *A Província*. Entretanto, segundo Melo (1972, p. 4), o *Diário Carioca*, que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1928 e 1965, foi o primeiro a organizar, em caráter permanente, normas destinadas a padronizar os textos publicados em suas seções.

Na década de 1950, os manuais ganharam espaço nos escritórios das redações dos jornais brasileiros, visando à produção de textos dinâmicos, de leitura fácil e agradável, linhas mestras dos trabalhos seminais de Pompeu de Souza no *Diário Carioca* e de Carlos Lacerda na *Tribuna da Imprensa*, inspirados, como observou Garcia (1992, p. 7) “nos *style books* da imprensa americana, notadamente o da Associated Press”.

Dotados de orientações pragmáticas a respeito da organização dos diferentes tipos de matérias, do vocabulário e do estilo a ser empregado ao redigi-las, os manuais permitem perceber a estrutura textual da notícia, também explorada em estudos desenvolvidos no campo da teoria do jornalismo. No dizer de Fontcuberta (1981, p. 31-32, tradução nossa), “toda notícia é uma história que requer um desenvolvimento estruturado” que, em princípio, conta com os dois elementos básicos: o *lide* (do inglês, *lead*), núcleo fundamental da notícia, geralmente apresentado como primeiro parágrafo do texto, capaz de captar a essência do acontecimento e de instigar a leitura dos parágrafos seguintes, e o *corpo*, em que constam os dados que explicam e ampliam o lide, os dados que ajudam a situar a notícia dentro de um determinado contexto e informações secundárias ou de menor importância.

A disposição destes elementos no interior do texto obedece a uma hierarquia baseada na atribuição, por parte de quem a redige, de graus de relevância aos dados apresentados e que concorrem para a descrição e explicação do acontecimento relatado. Esta é a base da técnica de redação chamada “pirâmide invertida”, importada do jornalismo norte-americano, e que passa a ser praticada, no Brasil, a partir da década de 1950.

Numa notícia, em sua fórmula mais simples, os fatos são organizados de acordo com sua importância em relação à ideia principal, exposta no lide. A estrutura textual básica foi assim sistematizada por Melvin Mencher (2011, p. 127):

- Lide (ideia principal)
- Material explicativo (elaboração ou ampliação da ideia principal)

- Informação contextual (*background*), se necessário
- Material secundário (subtemas), se houver

No que tange à análise dos caracteres intrínsecos, a Diplomática consagrou a partição dos documentos em três seções: “protocolo inicial”, “texto” e “escatocolo”. Na notícia, a partição se traduz em duas seções:

- **Cabeça** – Conjunto formado pelos elementos de titulação (antetítulo, título, subtítulo), pelos créditos (assinatura) e pelo lide (e sublide, quando houver), além de outros elementos introdutórios localizados na parte superior do texto, e
- **Corpo** – Desenvolvimento do relato, em que constam o material explicativo, o contexto e o material secundário relacionados ao fato ou ideia principal.

Os elementos externos, por sua vez, estão condicionados às técnicas de diagramação, editoração e impressão, variando de acordo com o projeto gráfico de cada empresa jornalística. Para além de emoldurar o texto e conferir-lhe aspecto visual característico, convém notar que estes elementos podem cumprir função coadjuvante (mas não por isso menos relevante) na articulação das partes que compõem a estrutura semântica do texto. É o que se verifica, por exemplo, no recurso à alternância de famílias tipográficas, responsável por conferir identidade visual aos elementos de titulação e aos créditos.

Para demonstrar a abordagem inspirada no método diplomático, selecionamos uma notícia publicada na *Folha de S. Paulo*, em 2 de novembro de 1995, cuja análise dos caracteres intrínsecos e extrínsecos se encontra sistematizada no quadro a seguir.

SENADO
**Projeto limita
contratação
de parentes**

Da Sucursal de Brasília

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou ontem projeto de lei proibindo que servidores de qualquer Poder —Executivo, Legislativo e Judiciário— contratem cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até o terceiro grau para cargos em comissão.

O projeto ainda vai ao plenário do Senado e depois à Câmara. Se for aprovado nas duas Casas, terá de ser sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para virar lei.

A filha do presidente Luciana Cardoso acaba de ser nomeada secretária particular do pai, em cargo de confiança, subordinada ao secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge.

O projeto da CCJ foi apresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

Fonte: Folha de S. Paulo, 2 nov. 1995, Primeiro caderno, p. 5.

Quadro 2 – Análise dos elementos externos e internos da notícia

Elementos externos	Elementos internos	
Material (suporte): Papel-jornal Leiaute: 1 coluna	Cabeça	Titulação: “Senado” (antetítulo) “Projeto limita contratação de parentes” (título)

<p>Formatação: Alinhamentos centralizado (antetítulo, título e créditos) e justificado</p> <p>Tipos: 3 famílias tipográficas: “Futura” (sem serifa, variando em grifo no antetítulo e em redondo no crédito); “Bodoni” (serifada, em grifo no título) e “News” (serifada, aplicada ao lide e ao corpo do texto)</p> <p>Elementos de editoração e de artes gráficas: Destaque (grifo e negrito), fio (entre o antetítulo e o título)</p>		<p>Crédito: “Da Sucursal de Brasília”</p> <p>Lide: “A CCJ [...] cargos em comissão.”</p>
	Corpo	<p>Explicação (material explicativo): “O projeto ainda [...] para virar lei.”</p> <p>Complementação (material secundário): “A filha do presidente [...] Eduardo Jorge.”</p> <p>Contextualização (informação contextual): “O projeto [...] Roberto Freire (PPS-PE).”</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

À guisa de conclusão

No exercício de análise aqui apresentado, pudemos observar a disposição dos componentes do relato jornalístico em sua manifestação mais comum: a notícia. Convém ressaltar, entretanto, que os elementos internos e externos podem apresentar certo grau de variação segundo a data de produção do documento. Nas notícias redigidas antes da “importação” da técnica da pirâmide invertida (criada pelo Jornalismo norte-americano e adotada pela imprensa brasileira por volta dos anos 1950), o texto se estrutura a partir não do lide, mas do “nariz de cera”, que, segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 505), consiste num “preâmbulo muitas vezes desnecessário, longo e vago”. De toda forma, é possível identificar os elementos que compõem o discurso segundo a funcionalidade que adquirem na estruturação do relato, verificando sua manifestação em fórmulas estereotipadas.

Notam-se também diferenças relacionadas aos caracteres extrínsecos. Uma delas é o abandono gradual da utilização de fios¹⁶ destinados a separar os espaços ocupados pelas manchas¹⁷ no interior das páginas do jornal, algo facilitado pela diagramação eletrônica. Assim, o estudo retrospectivo das técnicas de composição gráfica, traduzidas na diagramação (que, ao longo dos anos, permanece pautada pela divisão do conteúdo em colunas), no leiaute, na formatação, na alternância das famílias tipográficas e no emprego de elementos artísticos, é fundamental para a

¹⁶ “Lâmina com espessura variável, utilizada em tipografia para produzir traços empregados na separação de colunas, contornos de quadros, efeitos ornamentais etc.” (Rabaça e Barbosa, 2001, p. 308).

¹⁷ “A parte impressa (ou a ser impressa) de qualquer trabalho gráfico, por oposição às margens e aos claros.” (Rabaça e Barbosa, 2001, p. 451).

identificação dos recursos que, exteriores à substância do relato, cumprem a função de organizar e embelezar a apresentação visual do texto jornalístico.

Ao abrir o jornal, seja ele impresso ou digital, um vasto leque de unidades textuais salta aos olhos, cada qual com seus traços distintivos e peculiares. Quando integram um arquivo, geralmente sob a forma de recortes, são alçadas à condição de documentos e representam manifestações de espécies documentais. O estudo de suas estruturas formais poderá conduzir à definição dos termos capazes de nomeá-las de maneira inequívoca, o que no plano do arranjo e da descrição documental adquire especial relevância: a remissão dos documentos, reunidos em séries adequadamente nomeadas¹⁸, ao seu contexto originário, refletido nas atividades rotineiras e nos eventos esporádicos consignados na trajetória de quem os acumulou, é a chave de uma abordagem dos arquivos pessoais comprometida com a preservação de sua proveniência e a compreensão da organicidade que os caracteriza.

Referências

- ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS (UFMG). Inventário do acervo Cyro dos Anjos. Disponível em: <https://www.ufmg.br/aem/Inventario_cyro/cyro.htm>. Acesso em 3 jul. 2017.
- ASSIS, F.de. Entre a teoria e a prática dos gêneros jornalísticos: o que dizem os manuais de redação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34, Recife, 2 a 6 de setembro de 2011.
- ASSIS, F. de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. *Alceu*, v. 11, n. 21, p. 16-33, jul.-dez. 2010.
- BAHIA, J.. *Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BAHIA, J.. *Jornal, história e técnica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 2 v.
- BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. de Almeida (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3ª ed. São Paulo: ARQ-SP, 2012.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLOTTO, H. L.. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, 1998.
- CALLEJA, M. Archivos privados o colecciones? Fuentes primarias para la investigación de la identidad. In: Congreso de Archivología del Mercosur, 7, Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007.

¹⁸ O estabelecimento das séries documentais, definidas por Bellotto e Camargo (2012, p. 76) como “sequência de unidades de um mesmo tipo documental”, e sua designação deveriam atender ao critério da tipologia documental. Não é isso, contudo, o que se observa em diversos quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa de arquivos pessoais, como discutimos anteriormente neste trabalho e em outras oportunidades. À guisa de curiosidade, ver Campos (2016).

- CAMARGO, A. M. de Almeida; GOULART, S. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: IFHC, 2007.
- CAMARGO, A. M. de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.
- CAMARGO, A. M. de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 169-174, 1998.
- CAMPOS, J. F. Guelfi. O método diplomático aplicado à análise de recortes de jornal. *Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 4, n. esp., p. 137-155, 2016.
- CAMPOS, J. F. Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CAPRINO, M. Pegurer. Manual de redação: camisa-de-força ou regra necessária? *Revista IMES Comunicação*, São Caetano do Sul, v. 4, n. 4, p. 49-59, jan.- jun. 2002.
- CARUCCI, P. *Il documento contemporaneo: Diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- CASA DE OSWALDO CRUZ. Base Arch. Disponível em <<http://arch.coc.fiocruz.br/>>. Acesso em 3 jul. 2017.
- CASANOVA, E. *Archivistica*. 2 ed. Siena: Lazzeri, 1928.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Guia dos arquivos do CPDOC. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>>. Acesso em 3 jul. 2017.
- COSTA, L. Alves da. *Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras*. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.
- DELMAS, B. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: IFHC, 2010.
- DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2000.
- DIÓRIO, R. Mercado de clipping tem muito a crescer. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1997a. Franquias & Outros Negócios, p. FN-12.
- DIÓRIO, R. Informática vai entrar no lugar de papel e recortes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1997b. Franquias & Outros Negócios, p. FN-14.
- DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science. *Archivaria*, Ottawa, n. 28-32, Summer 1989 – Summer 1991-1992 (Partes de I a VI).
- FONTCUBERTA, M. *Estructura de la noticia periodística*. 2 ed. Barcelona: ATE, 1981.
- GARCIA, L. *O Globo: manual de redação e estilo*. 6ª ed. São Paulo: Globo, 1992.
- GOMES, Â. M. de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.
- GREGORIO, D. de. *Metodología del periodismo*. Madrid: Rialp, 1966.
- HEYMANN, L. Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, 2012.

- HOBBS, C. Reenvisioning the personal: reframing traces of individual's life. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010, p. 213-241.
- JENKINSON, H A *manual of archives administration*. 2 ed. London: Percy Lund, Humphries & Co., 1937.
- McKEMMISH, S. Evidence of me... *Archives and manuscripts*, Canberra, v. 1, n. 24, 1996.
- MELO, J. Marques de; ASSIS, Francisco de (org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2013
- MELO, J. Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Itercom – RBCC*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016.
- MELO, J. Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, J. Marques de. *Normas de redação de cinco jornais brasileiros*. São Paulo: ECA-USP, 1972.
- MENCHER, M. *News reporting and writing*. 12 ed. New York: McGraw-Hill, 2011.
- MILLAR, L. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 105-126, spring 2006.
- NÃO se esqueça de arquivar suas receitas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 mar. 1973. Suplemento Feminino, p. 6.
- RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- SAIBA como entreter os seus filhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 1956. Suplemento Feminino, p. 6.
- SHELLENBERG, T. Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SCHMIDT, C. Moreira dos Santos. *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia*. São Paulo: ARQ-SP, 2015. (Thesis, 3).
- TOGNOLI, N. Bolfarini. *A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.